

## **Intervenção do Ministro do Ambiente e da Ação Climática**

Comissão Permanente da Assembleia da República

15 de março, 15h45

Lisboa

Senhor presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Há uma guerra na Europa, sendo o país invasor, a Rússia, um grande produtor de energia.

Antes desta guerra já havia uma crise energética, provocada por disrupções de mercado que são consequência da pandemia.

O nosso país atingiu 34% de incorporação de renováveis na globalidade do consumo de energia, mas a nossa dependência em relação ao exterior, tendo-se reduzido em 8,4%, é ainda de 65,8% [dados de 2020].

Como todos sabem, o preço do petróleo e do gás que Portugal importa é fixado nos mercados internacionais, não tendo nós qualquer papel na determinação desse preço. E, como é sabido, o preço do gás impacta no da eletricidade.

Os desafios com que nos confrontamos são vários.

Primeiro, o da disponibilidade. Ai, não se vislumbram constrangimentos. O gás natural tem chegado conforme o previsto, temos as reservas a três quartos e ainda ontem houve uma descarga. Da Rússia, e no ano passado, importámos cerca de 10% do gás que consumimos. Este ano, a previsão é de que seja menos e não tem havido dificuldade em encontrar mercados alternativos. No que aos combustíveis rodoviários diz respeito, temos reservas públicas para três meses, às quais se somam as dos operadores.

Na produção de eletricidade, e ainda com a chuva dos últimos dias, não antecipamos dificuldades. A importação do último mês foi feita dentro do mercado ibérico – que como sabem é único –, aconteceu por razões de preço (mais barato) e destinou-se a proteger a disponibilidade hídrica das barragens, uma vez que as nossas centrais de ciclo combinado – a gás – poderiam ter produzido mais, mas isso elevaria o preço.

Resumindo: em relação às disponibilidades, não há constrangimentos previsíveis. Mas o mesmo não pode ser dito em relação ao preço. Este é volátil, crescente e cresce a partir de patamares já elevados.

Começemos pela eletricidade. Em Portugal, em 2021, o aumento global da eletricidade foi de cerca de 10%. Como sabem, para os consumidores domésticos este valor foi muito inferior, tendo por isso o aumento pesado, sobretudo, na indústria. E se não foi muito maior (recordo que o preço da produção chegou a multiplicar por seis) foi porque utilizámos as “almofadas” certas para reduzir a tarifa de acesso às redes. Vale a pena fazermos a comparação: na zona Euro, a variação média do preço da eletricidade foi de quase 30%; em Espanha, de 34 %; na Bélgica e na Holanda, ultrapassou os 50%. A situação muito mais positiva do nosso país sucedeu, repito, porque o Governo agiu no tempo certo e pôde fazê-lo porque 60% da eletricidade que consumimos provém de fontes renováveis.

Ainda no ano passado, face ao aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais, agimos com a criação do *auto voucher*, com o apoio aos táxis e autocarros, de forma a garantir a continuidade dos serviços de transporte, e com a redução do ISP, por simetria inversa àquela que é a única receita fiscal extra que o Estado recebe com a subida do preço dos combustíveis: o IVA. Assim, a receita a mais de IVA é devolvida com a redução do ISP.

E depois veio a guerra. A Rússia invadiu com brutalidade a Ucrânia, num gesto cobarde. Sei que nem todos os deputados neste parlamento concordam com esta afirmação, mas para mim assim é.

Com a invasão, os preços do gás e do petróleo subiram, mais ainda porque a Rússia é um grande produtor destes bens. Tal como é um grande produtor de carvão. Por isso estranho queles que apelam à abertura das centrais a carvão: só podem ter um motivo – achar que a eletricidade está barata.

E agimos, como explicitarei, para ajudar as empresas, os transportes e as famílias a minimizar os aumentos dos preços. Que fique claro: não vos pinto um mundo de aguarela. Os aumentos são expressivos, todos os vamos pagar. O nosso papel será sempre o de, não perdendo o rumo de aposta nas renováveis, contribuir para manter intacto o aparelho produtivo e apoiar aqueles que são mais frágeis ou sofrem maior impacto.

Vejamos.

Eletricidade: sendo expectável um aumento que não pode ser superior a 3% no mercado regulado – e recordo de novo que o preço na origem chegou a aumentar 600% -, vamos colocar a receita extra do Fundo Ambiental (150 milhões de euros) na redução da tarifa de acesso às redes, beneficiando a indústria. Quem conduz este processo é a ERSE, mas estimamos que seja realizado em breve.

Pensando nas famílias mais carenciadas (as que beneficiam da tarifa social de energia, que recordo, são cerca de 800.000), criámos um apoio direto de 10€ por botija de gás, que estamos a operacionalizar por intermédio dos CTT.

Pensando ainda nas famílias, o valor do *auto voucher* aumentou para 20 euros por mês.

Para os transportes de passageiros, prolongámos o mecanismo já existente de apoio pelo Fundo Ambiental, passando-o agora para 30 cêntimos por litro, seja para táxis, seja para autocarros, num apoio que chegará aos 25 milhões de euros.

Para todos, famílias e empresas, foi estendida a redução do ISP na exata medida do aumento do IVA por litro de combustível, que agora se faz a cada litro e é corrigido a cada semana. Viram, certamente, as notícias de que já não parece rentável abastecer em Espanha, com o preço do gasóleo a preços semelhantes nos dois países peninsulares.

Ainda nos combustíveis, foi anunciado ontem pelo meu colega da Economia que será estendido às empresas que prestam serviços de transporte por conta de outrem o desconto de 30 cêntimos por litro, sejam estas de transporte de passageiros ou de mercadorias.

Para o transporte pesado de mercadorias, que já beneficiam de gasóleo profissional, vai o meu colega das infraestruturas encontrar a melhor das soluções e em breve a tornará pública.

Foi ainda proposta, pelo governo português, a Bruxelas, a redução temporária do IVA da energia, alargada a todas as suas formas e usos.

No gás, e sobretudo na sua utilização pela indústria, reside o problema mais complexo. Já há uma linha de crédito de 400 milhões de euros, mas tem de haver apoios diretos, tais como Bruxelas os está a desenhar, contornando a limitação das ajudas de Estado. A proposta em cima da mesa é justa nos objetivos, mas é curta na dimensão dos apoios. Subsidia 30% do diferencial de custo com o gás e um limite de 2 milhões de euros para os setores que não usam o gás de forma intensiva; e 50% do mesmo diferencial, até 15 milhões de euros, para os utilizadores intensivos. Quem paga, é cada Estado, e se não se alterarem os valores, a conta para Portugal rondará os 380 milhões de euros de apoios diretos às empresas.

Voltemos à eletricidade. Considerando que o modelo de fixação de preço é marginalista, o mercado grossista de eletricidade está fortemente pressionado pelo preço do gás natural, que regista preços máximos e nunca vistos. É necessário desenhar um mecanismo de salvaguarda no mercado de eletricidade, sob pena de se gerarem efeitos nefastos irreversíveis sobre o tecido produtivo industrial europeu e sobre as famílias.

A nossa proposta, que estamos a negociar com Espanha, é a seguinte:

- Imposição de preço máximo de 180 €/MWh no mercado *spot* (mercado diário e intradiários) de eletricidade;
- Centrais de ciclo combinado a gás natural com custo variável, comprovado, acima de 180 €/MWh, recebem o diferencial de custo;
- O sobrecusto do gás natural será pago por um *European Compensation Fund* ou, caso seja por financiamento nacional, através da dívida tarifária do Sistema Elétrico Nacional;
- Todas as centrais renováveis oferecem ao seu custo variável, exceto as centrais hídricas com armazenamento (ano hidrológico seco).

Com esta proposta, obter-se-ia, à escala ibérica, uma fatura ao mês de cerca de 3500 M€, que compara com o cenário presente, de 9200 M€. Ou seja, resultaria numa “poupança conjunta” mensal líquida, repartida entre Portugal e Espanha, de 5700 M€, para um sobrecusto mensal de gás de 1250 M€. A “poupança portuguesa” mensal líquida seria cerca de 1100 M€, para um sobrecusto mensal de gás de cerca de 250 M€.

Com esta proposta, estamos a gerar um défice? Sim, mas este é muito menor que a poupança, e, se for por meses, valerá a pena. Lutaremos para que Bruxelas vá além da *tool kit* das generalidades e nos acompanhe nesta proposta. Mas aviso: são muitos os opositores, entre os países europeus.

Um final a falar do futuro.

No último ano, entraram em funcionamento centrais solares que representam 700MW de potência. Este ano, serão 1200MW. Em conjunto, três centrais do Pego de energia limpa, sem emissões e sem importações. Até ao final do próximo ano, haverá um acréscimo de 500 MW por via do *repowering* do sistema eólico nacional. Na lista de aprovações da DGEG, existem 2,5 GW de solar. Portanto, vamos mesmo antecipar as metas e conseguir, em 2026, o que prevíamos atingir apenas em 2030.

A guerra, a agressão brutal da Ucrânia pela Rússia, causando a morte e a destruição, mostrou que a Europa se deixou embalar num risco energético sem justificação. Portugal e Sines querem e podem ser a porta atlântica de energia para a Europa, investindo em infraestruturas pensadas para os gases renováveis que servirão, para já, o transporte de gás natural.

Queremos também aproveitar a experiência de leilão do solar flutuante (temos 12 concorrentes para 7 lotes) e fazer igual no mar, mas agora com eólica. Se estamos a falar de potências entre os 2 e os 5 GW, já não será em terra que os vamos conseguir, e fica, em antecipação para a legislatura que aí vem, um grande leilão eólico para o mar português.

Muito obrigado.